

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.853 - RS (2019/0309877-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL - EM LIQUIDAÇÃO**
ADVOGADOS : **MARCELO CARLOS ZAMPIERI - RS038529**
 LUCIANO DA CAS SIMA - RS054193
 RODRIGO VIEGAS - RS060996
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE IJUÍ - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE IJUÍ - RS**
INTERES. : **LUIZ CARLOS BARCELOS**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE COOPERATIVA E JUÍZO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA EM CONTRAPOSIÇÃO À DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DE TODAS AS EXECUÇÕES AJUIZADAS CONTRA A SOCIEDADE COOPERATIVA PELO JUÍZO UNIVERSAL DA LIQUIDAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO INDICADO. PREVALÊNCIA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE COOPERATIVA.

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência suscitado por Contrijui - Cooperativa Agropecuária e Industrial - em Liquidação, em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí/RS e o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí/RS.

Noticia a suscitante ser sociedade cooperativa que se encontra em liquidação judicial, cujo processo (n. 016/1.18.0000125-6) tramita perante o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí/RS, no qual o administrador judicial, ao proceder à apuração de ativos e passivos, para posterior realização do ativo e pagamento do passivo, de acordo com a ordem legal de pagamentos, tem encontrado dificuldades, notadamente em razão de ordens judiciais provenientes de outros juízos, que não o juízo universal da liquidação judicial, tendentes à expropriação de bens.

Narra que, em razão de tal circunstância, requereu ao Juízo a suspensão de todas as ações e execuções que correm contra a cooperativa, o que foi indeferido. Ressalta, porém, que, em agravo de instrumento, o desembargador relator conferiu efeito ativo ao

recurso, até o julgamento final, para determinar a suspensão das ações propostas contra a cooperativa, o que, inclusive, foi estendido às controladas da Contrijui, em sucessivos embargos de declaração, nos seguintes termos, respectivamente:

[...] Nos termos do artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil, ainda que em juízo sumário, compreendo que o indeferimento do pedido de prorrogação da suspensão das execuções previstas no art. 76 da Lei 5.764/71, ainda que injustificada a demora para conclusão do levantamento dos ativos e passivos, é medida que pode causar lesão grave ou de difícil reparação em razão dos inúmeros atos constritivos decorrentes das ações que voltaram a ter andamento normal, o que pode inviabilizar o pagamento dos credores, motivo pelo qual antecipo os efeitos da tutela recursal para determinar a suspensão das ações propostas em face da cooperativa até julgamento do mérito recursal.

[...] Com razão a parte embargante, os efeitos da tutela concedida devem ser estendidos às controladas da Contrijui - Cooperativa Agropecuária & Industrial pelos motivos já delineados na decisão embargada.

Aduz que, em que pese a decisão ter sido levada ao conhecimento do Juízo Trabalhista, a ele sendo submetido o pedido de suspensão da execução trabalhista (Processo n. 0020415-81.2018.5.04.0601), este foi indeferido, sob o fundamento de que a decretação de liquidação judicial não é causa de suspensão da execução trabalhista.

Nesse contexto, afirma encontrar-se devidamente caracterizado o conflito, havendo de prevalecer a competência do Juízo universal da liquidação judicial.

Para tanto, argumenta que, "ao permanecer a decisão do juízo da execução individual (trabalhista), estar-se-á ferindo a formação do juízo universal da liquidação judicial, o qual tem força atrativa de todos os credores para pagamento dos respectivos créditos, observada a ordem legal de pagamento e o princípio da *par conditio creditorum*. De nada adiantaria a instauração de um juízo universal da liquidação judicial se a ele não são concentrados os atos expropriatórios e de pagamento" (e-STJ, fl. 8).

Requer, assim, liminarmente, "seja deferida a tutela provisória de urgência, com fundamento no art. 300 e seguintes, do NCPC, para o fim de determinar a suspensão dos efeitos da decisão proferida pela Vara do Trabalho de Ijuí (RS) no processo nº 0020415-81.2018.5.04.0601, determinando a comunicação desta decisão aos respectivos

Juízos, designando-se, provisoriamente, o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí (RS), para as providências urgentes" (e-STJ, fl. 20).

Ao final, pugna pelo acolhimento do presente incidente, para reconhecer a competência do Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí/RS.

Às fls. 140-143 (e-STJ), deferi a liminar pleiteada.

As informações foram prestadas às fls. 147-148 (e-STJ).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí/RS.

Brevemente relatado, decido.

Tem-se por caracterizado o presente conflito de competência, diante da decisão do Juízo laboral autorizando o prosseguimento da execução trabalhista, sobretudo mediante a possibilidade de atos de constrição do patrimônio da suscitante, que se encontra em liquidação judicial.

Efetivamente, na linha dos precedentes desta Corte de Justiça, que cuidaram especificamente da matéria posta, compete ao juízo universal da insolvência, em que se processa a liquidação de sociedade cooperativa, proceder à reunião e ao julgamento dos créditos advindos de execuções individuais, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens.

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Liquidação judicial. Execução trabalhista.

- **Devem ser remetidos ao juízo universal da insolvência, onde tramita a liquidação de sociedade cooperativa, os processos de execução individual, inclusive de crédito de natureza trabalhista**, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens, Art. 71 da Lei 5.764/71; art. 762 do CPC.

- Conflito conhecido e declarada a competência do juízo da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes, São Paulo.

(CC 32.687/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, DJ de 27/8/2001)

LIQUIDAÇÃO JUDICIAL - CONCURSO UNIVERSAL DE CREDORES - SUBMISSÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - NECESSIDADE.

A execução de crédito trabalhista deve ser feita no juízo em que se processa a liquidação de cooperativa, sendo necessária a sua habilitação ao juízo universal. Exegese do art. 23, caput, da Lei de Falência.

Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes-SP, o Suscitante.

(CC 28.996/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Primeira Seção, DJ de 12/6/2000).

Na hipótese dos autos, o Juízo laboral determinou o prosseguimento do cumprimento da sentença trabalhista, a despeito da determinação de suspensão dos feitos executivos, exarada pelo relator do agravo de instrumento, a caracterizar o conflito ora indicado, com prevalência da competência do Juízo universal em que se processa a liquidação da sociedade cooperativa, nos termos dos precedentes citados.

Em arremate, conheço do presente conflito e declaro a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ijuí/RS, para a prática de quaisquer atos executivos e constritivos referentes à Reclamação Trabalhista n. 0020415-81.2018.5.04.0601, em curso perante o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí/RS.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator